PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Da Sra. NORMA AYUB)

Obriga os estabelecimentos sujeitos a fiscalização sanitária a divulgar informações sobre a última fiscalização sanitária a que foram submetidos e determina que os estabelecimentos que manipulam alimentos instalem câmara de monitoramento na área de produção.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga os estabelecimentos sujeitos a fiscalização sanitária a divulgar, em local visível, de forma clara, no ambiente inspecionado, informações sobre a última fiscalização sanitária a que foram submetidos e determina que os estabelecimentos que manipulam alimentos instalem câmara de monitoramento na área de produção, respeitadas outras disposições legais.

Art. 2º Os estabelecimentos sujeitos a fiscalização ou inspeção sanitária ficam obrigados a divulgar, em local visível ao público, informações sobre fiscalizações realizadas pelo órgão competente.

§1º As informações deverão conter, no mínimo:

I - data da fiscalização;

II - órgão fiscalizador;

III - nome do agente público responsável pela fiscalização; e

IV - resultado da fiscalização.

§2º Caso o estabelecimento nunca tenha sido fiscalizado, deverá manter aviso, em lugar visível, com a seguinte informação: “este estabelecimento ainda não foi submetido a fiscalização sanitária”.

Art. 3º Os estabelecimentos que sirvam alimentos para consumo imediato, com capacidade simultânea de atendimento de mais de 60 pessoas, deverão instalar uma ou mais câmeras de monitoramento em suas áreas de produção de alimentos, com transmissão ao vivo para a área dos consumidores, de forma que estes possam verificar as condições de higiene do local.

Art. 4º Os estabelecimentos de porte médio ou superior que produzam ou manipulem alimentos de forma manual deverão manter câmeras de monitoramento em suas áreas de produção ou manuseio, com transmissão ao vivo nos sítios eletrônicos das empresas responsáveis.

Art. 5º A inobservância do disposto nesta Lei configura infração sanitária e sujeita o infrator ao processo e às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou outra que vier a substituí-la, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal porventura existente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As denúncias apresentadas pela Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, trouxeram à tona a preocupação de toda a população com a segurança alimentar. É revoltante a venda de alimento contaminado ou adulterado, ou ainda a má conservação dos mesmos em estabelecimentos de produção e comercialização.

O Brasil possui uma ampla estrutura de vigilância sanitária, abrangendo todos os entes federativos. Apesar disso, muitos estabelecimentos nem chegam a ser fiscalizados. Quando são vistoriados, e irregularidades são detectadas, falta uma divulgação ostensiva dessas informações, o que previne o consumidor de conhecer a realidade.

A presença dessas informações de fiscalização ao alcance do público seria um estímulo para que os responsáveis pelos estabelecimentos

tomassem providências para regularização. Da mesma forma, é importante divulgar dados sobre a fiscalização, de forma a evitar desvios de conduta, e privilegiar a transparência dos atos públicos.

Desta forma, este Projeto de Lei pretende obrigar estabelecimentos em geral a divulgarem informações sobre a fiscalização mais recente a que foram submetidos.

A questão da fiscalização insuficiente é ilustrada pelas más condições das cozinhas de restaurantes. Muitas vezes são divulgadas notícias sobre o péssimo estado de conservação nesses locais voltados para o consumo local de refeições. Entende-se que deveria ser mais fácil para o consumidor conhecer as condições de higiene dessas cozinhas.

Este projeto propõe, adicionalmente, a instalação de câmeras de monitoramento nas cozinhas de estabelecimentos que sirvam comida, com apresentação contínua do vídeo na área de atendimento aos clientes, e nos estabelecimentos de produção e manuseio de alimentos, com divulgação pela internet.

O preço dessas câmeras vem diminuindo progressivamente, se tornando cada vez mais acessível para pequenos empresários. Ainda assim, este Projeto coloca critérios mínimos para essa exigência, por questões de razoabilidade, para evitar aumento significativo do custo.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres colegas Parlamentares para aprovação desta importante matéria, que contribuirá para melhorar a higiene e segurança dos estabelecimentos sujeitos a fiscalização sanitária, em especial dos que comercializam alimentos.

Sala das Sessões, em de de 2017.

DEPUTADA NORMA AYUB
DEM/ES